



TRIBUNAL FEDERAL DE RECURSOS

RELATÓRIO DE ATIVIDADES DE 2 DE JANEIRO DE 1956

RELATÓRIO DE ATIVIDADES

1955

**Presidência Ministro
Vasco Henrique D'Ávila**

I – Introdução:

Senhores Ministros:

A Lei nº. 1.441, em vigor desde 25 de setembro de 1951, alterou o regime de férias coletivas, aqui estabelecidas, inicialmente pela Lei nº. 33, de 1947.

Ficaram as mesas compreendidas num único período anual, durante os meses de fevereiro e março por força do disposto naquela lei, foi modificado o art. 19, nº 31, do Regimento Interno e, em consequência, baixada a Resolução nº. 51, de 4 de janeiro de 1952, estabelecendo que o Relatório referente às atividades do Tribunal fosse apresentada na última reunião que antecederesse o período de férias.

Aconteceu, porém, que, em 11 de junho de 1953, deliberou o Egrégio Tribunal, através da Resolução nº. 63, modificar o art. 10 do regimento Interno para que o mandato presidencial – que antes decorria de 1º. De julho a 30 de junho – passasse a fluir de dois de janeiro a trinta e um de dezembro. Em consequência, o Presidente que finda o mandato ficou no dever de oferecer o relatório, na sessão de posse de ser substituto legal.

Dando, pois, cumprimento a essa coligação, tendo a honra de apresentar e submeter ao esclarecido exame de Vossas Excelências notícia detalhada do que foi possível realizar no decorrer do ano próximo findo. Na oportunidade, cumpre realçar o quanto tem sido útil a vida judiciária do País a criação do Tribunal Federal de Recursos. Notável tem sido o seu índice crescente de produtividade, que se avalia e agiganta de ano para ano.

As cifras espelham e traduzem a veracidade da afirmativa que fazemos consoantes e demonstração constante de capítulo próprio. Aquilata-se, por outro lado, que a auréola de prestígio e consideração que envolve o Tribunal, se alarga e

consolida em termos altamente honrosos e enobrecedores para a magistratura brasileira.

É que todos os membros deste egrégio Colegiado Judiciário estão perfeitamente cômnicos da árdua e difícil tarefa que lhes foi outorgada.

No trabalho quotidiano e incessante reclamado pela plethora de processos que nos cabem apreciar, nota-se, como escopo dominante de todos, a preocupação única de realizar o Direito e distribuir a justiça, com – maiúsculas – como diria o nosso eminente Colega Artur Marinho, num ambiente de perfeita compreensão e elevada serenidade.

Releva assinalar, por igual, a atuação sempre proficiente e inestimável dos dignos e ilustres juizes titulares das varas da Fazenda Pública do distrito Federal Pública do Distrito Federal, que conosco vêm colaborando diuturnamente, em substituições legais.

Cumprе ressaltar, por outro lado, a atuação ímpar do ilustre Diretor Doutor Alceu Barpedo, Subprocurador Geral da República, que, no exercício do seu árduo e espinhoso encargo – o de Advogado da União federal – tem se desvelado no exato desempenho desse múnus público e com elevado espírito de sacrifício e notável senso de responsabilidade. Auxiliando-o naquela árdua missão, é de Justiça que se diga, tem Sua Excelência desfrutado de valiosa cooperação dos ilustres Procuradores da República. Doutores Albatênio Caiado de Godoy, Mário de Oliveira e Custódio Toscano, que servem junto à Subprocuradoria Geral.

Atendendo a legítima e antiga aspiração de fortalecer nosso aparelhamento judiciário no plano federativo que este Tribunal, graças a clarividência do legislador constituinte de 1946, consubstancia hoje em dia realidade marcante impagável.

DIVISÃO JUDICIÁRIA

No período de seu fundamento normal, no mês de janeiro e no período compreendido entre abril a dezembro, o Tribunal realizou 200 sessões, sendo 10 plenárias e 99 de Turmas. Em anexos, estão consignados os quadros demonstrativos do movimento de processos entrados e julgados durante os seus dez meses de atividade. E para esses quadros que chamamos a especial atenção dos eminentes colegas. Através deles se tem perfeita noção da apreciável soma de causas sujeitas à nossa decisão.

Recebemos vindos de todas as partes do Território Nacional, 4505 processos, assim classificados: Petições de Habeas-Corpus e respectivos recursos; 87; Mandados de Segurança, 1509; Apelações Cíveis, 1027; Agravos de Petição, 1348; Apelações Criminais, 48; Revisões Criminais, 22; Recursos Criminais, 4; Ações Rescisórias, 17; Conflitos de Jurisdição, 11; Reclamações, 5; Recurso de Revista, 55; Carta Testemunhável, 1; Exceção de suspeição, 1, Além dos feitos acima enumerados, foram também recebidas 198 Cartas Precatórias, requisitando pagamento decorrentes de execução de sentenças judiciais contra a União Federal.

Como não podia deixar de acontecer, aumentou consideravelmente o número de processos entrados durante o ano. Assim é que enquanto em 1954 foram recebidos 3.407, no curso do ano recém-findo foram registrados 4.561; ocorrendo, portanto, um acréscimo de 1154 feitos.

Vê-se assim, que de ano para ano cresce sensivelmente o volume de causas submetidas ao julgamento desta Corte de Justiça. Não obstante, o aumento de processos entrados, temos a grata satisfação de consignar que o número de julgamentos foi também excepcional. Conseguimos ultrapassar a casa dos quatro mil (4000), julgando mais de 363 do que em igual período do ano de 1954.

Passemos às cifras.

Foi o seguinte o quadro dos julgamentos:

Pelo Tribunal Pleno

Habeas- corpus.....	36
Mandados de segurança originários e agravos em Mandados de Segurança.....	1350
Ações Rescisórias.....	6
Revisões criminais.....	12
Recurso de Revista.....	33
Conflitos de jurisdição.....	12
Reclamações.....	4
Decisões sobre matéria constitucional.....	24
Embargos infringentes.....	196
Embargos de declaração.....	38
Agravos no art. 45 do Reg. Interno.....	56
Agravos do art. 262 do Reg. Interno.....	3
Agravos do art. 13 da Lei nº 1533, de 1951.....	5
Pedido de extensão de liberdade.....	1
Pedido de suspensão de liberdade.....	1
Total.....	1827

Pelo Tribunal Pleno

Enquanto o Tribunal Pleno atingia aquele coeficiente magnífico, as turmas, por sua vez, num esforço titânico de cada um dos seus membros, apresentaram a seguinte produção:

Primeira Turma

Apelações Cíveis.....	566
-----------------------	-----

Agravos de Petição.....	365
Apelações Criminais.....	23
Recursos Criminais.....	1
Embargos de declaração.....	9
Cartas Testemunháveis.....	1
Agravo do art. 45 do Reg. Int.	1
Total.....	1266

Segunda Turma

Apelações Cíveis.....	21
Agravos de Petição.....	506
Apelações Criminais.....	23
Recursos Criminais.....	2
Embargos de declaração.....	14
Cartas Testemunháveis.....	2
Pedido de Suspensão de pena.....	1
Agravo do art. 45 do Reg. Int.	1
Total.....	1070

Tendo sido de 1154 para mais do que em 1954, o número de processos entrados, felizmente, bem maior foi também o número de feitos julgados. E isso é bastante confortador para todos nós.

Mas, na realidade, o total de feitos definitivamente encerrados atingiu a 4339 já aos apreciados pelo Tribunal Pleno e pelas Turmas devem ser adicionados os recursos, julgados, desertos e também os que terminaram em virtude de desistência e que foram em numero de 122 deserções e 54 desistências.

Foram realizadas, durante os dez meses de atividades do Tribunal, 43 audiências de distribuição, havendo atingido a 4472 o numero de feitos 41 audiências de publicação 3299 arestos, havendo sido constatado um aumento de 676 para mais do que no ano passado.

O resumo geral, pois é o seguinte:

Processos entrados em 1955	4561
Processos julgados em 1955	4339
Processos entrados em 1954	3407
Processos julgados em 1954	3711
Diferença para mais de processos entrados entre 1954 e 1955.....	1154
Diferença para mais de feitos julgados nos mesmos anos.....	568
Acórdãos publicados em 1954.....	2623
Acórdãos publicados em 1953.....	3299
Diferença para mais em 1955.....	673
Requisitórios de pagamento.....	198

A dotação orçamentária destinada em 1955 ao pagamento de sentenças judiciais, foi apenas Cr\$.....30.000.000,00, o que obrigou a esta Presidência a solicitar do congresso Nacional a sua suplementação, a exemplo do que tem sido feito nos anos anteriores. A dotação em causa veio a ser suplementada pela Lei n.º 2646, de 18 de novembro p. passado na importância de Cr\$.....100.000.000,00 e, ainda, não deu para solver todos os compromissos a cargo da União Federal. Foram pagos todos os requisitórios preparados, ficando empenhadas as importâncias dos que se encontram em diligências, respeitando, por essa forma, o princípio constitucional que vincula os pagamentos à ordem de entrada dos respectivos pedidos.

Embora tenha sido elevada a soma de Cr\$ 130.000.000,00 despendida nesse setor pela União federal, cabe assinalar que deixaram de ser pagos, por falta de verba, no exercício de 1955, requisitórios cujo montante se eleva a mais de Cr\$ 200.000.000,00. Cumpre mencionar, também que além dos requisitórios pagos pela União Federal na importância citada de Cr\$ 130.000.000,00 foram igualmente satisfeitos por conta da verba da estrada de Ferro Central depositada no Banco do Brasil à disposição deste Tribunal precatórios outros na importância de Cr\$4.000.000,00.

A exemplo do que ocorreu com a União, também aquela autarquia não pode solver todos os seus compromissos ficando por serem satisfeitos no decorrer do presente ano, requisitórios cuja soma já se eleva a mais de Cr\$ 3.000.000,00.

Arrecadação de emolumentos judiciais

No decorrer do ano, por força de disposição legal expressa, a Divisão Judiciária a quem o preparo dos feitos sujeitos a essa exigência, arrecadou em selos os seguintes emolumentos:

Taxa judiciária.....	94.714,33
Selo adesivo.....	158.559,20
Selo de educação e saúde.....	9.389,50
Selo Penitenciário.....	623,30
Total – Cr\$.....	263.286,30

Manifestação de recursos

Para o Egrégio Supremo Tribunal Federal foram admitidos 148 recursos ordinários, consequentes de decisões denegatórias proferidas em Mandados de segurança; enquanto que os Extraordinários se elevaram a 267. Dos extraordinários denegados foram interpostos 46 agravos de instrumentos muitos dos quais já enviados ao Ex celso Pretório (estando os demais sendo devidamente formalizados. Foram aforados 55 recursos de revista dos quais apenas 25 vieram a ser admitidos.

Serviço Taquigráfico e Datilográfico

Antes de concluirmos o exame dos trabalhos realizados no setor de

Divisão judiciária, queremos focalizar os serviços afetos à Seção de Taquigrafia e datilografia. Desfruta ela de papel preponderante. Desempenha ela uma das mais árduas e importantes funções e está intimamente ligada ao êxito ou insucesso de nossos trabalhos. Com um quadro reduzido de funcionários, ainda assim, mantém dita Seção, em dia, os seus serviços de datilografia.

A taquigrafia, conquanto não esteja rigorosamente em dia, tem, entretanto, apresentado o máximo de rendimento possível levando-se em conta o número também reduzido do atual quadro de taquígrafos. O grande número de sessões extraordinárias que o Tribunal Pleno realizou, concorreu, por outro lado, para que, no decorrer do ano, se tivesse verificado um ligeiro atraso na tradução das notas taquigráficas. Mas, revelando espírito de cooperação e contando com o auxílio de alguns profissionais estranhos ao quadro, foi possível normalizar tais serviços, reduzindo aquele atraso a ponto de se encontrar a tradução quase que em dia.

Felizmente, já agora, podemos anunciar que se encontra prestes a ser solucionada a dificuldade, com acréscimo de quatro taquígrafos, de forma que, para o futuro, tal atraso será evitado. É que vem de ser sancionado, pelo Senhor presidente da República, o projeto de lei procedente do Congresso Nacional que aumenta o respectivo quadro.

DIVISÃO ADMINISTRATIVA

Conservação de Imóveis

A verba consignada no Orçamento de 1955, destinada a ligeiros reparos e conservação dos bens imóveis, foi de apenas Cr\$ 200.000,00. Com essa dotação, pouco nos foi permitido fazer, limitando-nos, por isso mesmo, a mandar proceder a uma limpeza externa do edifício, o que não se fazia desde 1947.

Havia e há ainda necessidade de se proceder a uma pintura na parte interna do prédio, mas isso não foi possível fazer por deficiência de numerário. Com as escassas verbas que nos foram concedidas no Orçamento, nada mais foi possível realizar, além de conservar os demais móveis e imóveis, exceto quanto à refrigeração, que passou a funcionar normalmente, porque conseguimos montar a última das três máquinas constantes do contrato celebrado em 1952 com a 'Induco comercio e indústria', firma a que fora confiada instalar dito serviço. Saliente-se, contudo que a última montagem do aparelho de ar refrigerado teve que ser entregue a terceiros, por haver aquela mesma firma descumprido o contrato firmado com o Tribunal. Além da montagem da mencionada terceira máquina, procedeu-se também uma revisão geral nos demais aparelhos instalados nos gabinetes dos senhores Ministros. Foi tudo quanto nos foi dado fazer nesse setor, à mingua de recursos financeiros para outras realizações.

Seção de Legislação e Jurisprudência

Tratando-se de Seção que, pelo Regimento Interno, tem a seu cargo atribuições de caráter puramente técnicas, foi ela instalada ainda na gestão que nos antecedeu, na parte superior da ala direita do prédio, local esse mais adequado ao acesso do público, como também melhor indicado para o rendimento de seus serviços. O volume de fichas emendadas para maior rendimentos de seus serviços.

O volume de fichas emendadas atinge a cifra de 9.289. Todavia, existem ainda na seção milhares de ementas prontas e que não puderam ser fichadas devido a falta de pessoal habilitado para a execução de tal serviço. Tendo aumentado consideravelmente, o número de julgados, igualmente, aumentou o número de acórdãos remetidos à seção e que agradam a elaboração da respectiva emenda. Esse atraso decorre, como ficou dito, do reduzido número de funcionários disponíveis.

Não obstante a deficiência de pessoal, produziu a seção de legislação e Jurisprudência o máximo que dela se podia esperar. Um dos muitos e importantes serviços que vêm sendo executado na aludida Seção e para o qual chamamos a particular atenção dos eminentes colegas, é o que se refere ao contraste de toda a jurisprudência referente aos processos aqui julgados e que, em grau de recurso, vão ter ao egrégio Supremo Tribunal Federal. Consiste o mesmo na organização de um fichário numérico dos processos, de modo a que se identifique, de pronto, o número que eles tomaram neste e no Supremo Tribunal; faz-se, a seguir, a conjuração dos dois julgados, de modo a que se identifique, de pronto, o número que eles tomaram neste e no Supremo Tribunal; faz-se, a seguir, a conjuração dos dois julgados, de modo a permitir que, na mesma ficha, figurem as emendas de ambos. Esse serviço já abrange todos os arestos publicados até 30 de abril de 1954.

Para o bom êxito desse empreendimento, tornou-se necessário que o recurso, antes de subir a instância *ad quem* e no seu regresso, fosse encaminhado a Seção de Legislação e Jurisprudência. Um outro serviço afeto à mesma seção e que merece especial menção é o que se relaciona com o arquivamento dos feitos findos. Não possuindo o Tribunal instalações adequadas à guarda de autos ou mesmo casa forte e, encontrando-se inúmeros processos – cerca de dois mil – com respectivos acórdãos transitados em julgado, sem que os interessados promovessem a respectiva baixa, viu-se a Presidência na contingência de encontrar uma solução imediata para o problema. Não foi difícil descobri-la. Corporificou-se na Portaria nº19, de 28 de janeiro .que determinou a baixa *ex-officio* de todos os processos arquivados e que vieram a ter este Tribunal em grau de recurso.

De pronto, deu a Secretaria cumprimento à determinação e, em menos de 10 meses, se fez o escoamento daqueles processos para os pontos de origem. Dessa forma, apenas, se encontram no arquivo os processos findos de competência originária do Tribunal e os que, não tendo subido ao Egrégio Supremo Tribunal , porque denegado o recurso extraordinário interposto, ensejaram agravo instrumento ainda não decidido naquela Superior Instância.

É, porém dever nosso, nessa oportunidade, agradecer a eficiente colaboração que nos foi prestada pelo comando de Transporte Aéreo do Ministério da Aeronáutica, que solicitado gentilmente atendeu ao nosso apelo no sentido de autorizar a remessa dos mencionados processos às Comarcas de origem, através de aviões da Força Aérea Brasileira.

Ao assumir a presidência, tínhamos o propósito de promover uma divulgação maior e mais propensa de nossos julgados. Infelizmente, e por circunstância que independerem de nossa vontade, não nos foi dado concretizar esse desiderato. Embora entregues os originais a publicar ao Departamento de Imprensa Nacional, em abril, não foi possível aquele estabelecimento gráfico ultimar

o trabalho a tempo de poder esta Presidência distribuir os respectivos volumes de Jurisprudência. Todavia, nos sentimos satisfeito em noticiar que, dentro em pouco, a referida publicação estará concluída.

Biblioteca

Nesse serviço, que também está integrado na Seção de Legislação e Jurisprudência, nada ocorreu de anormal durante o ano, verificando-se o aumento de seu acervo e o maior número de consultas realizadas, em relação ao ano anterior. Em 1954 foram adquiridos apenas 219 volumes de obras novas, enquanto que, em 1955, as aquisições se elevaram a 310. Possui, assim, atualmente, a biblioteca, 6815 volumes. Foram feitas, no decorrer do ano, 3518 consultas, enquanto que, no anterior, elas se elevaram a 3206. Esse é um serviço que funciona magnificamente atendido por servidores zelosos e capazes.

Seção do Material e expediente Geral

Os serviços a cargo dessa Seção não sofreram quaisquer alterações e se encontram na mais perfeita ordem. Se encontra em dia o registro de autos entrados no protocolo, bem assim a escrituração do fichário.

Por conveniência absoluta do serviço, a aquisição de material permanente e de expediente, foi, pela Portaria n. 44 de 11 de maio, desta Presidência, atribuída à Seção do Pessoal e Orçamento. Isso deveu-se ao fato de serem os pagamentos decorrentes das aquisições daquele material, processada por aquela Seção, que controla o emprego de todas as verbas atribuídas ao Tribunal.

Seção de Pessoal e Orçamento

Cabe a este departamento, na forma do Regimento, a confecção das folhas e cheques de pagamento e a movimentação e empenho das verbas orçamentárias consignadas ao Tribunal. Desincumbiu-se ele a contento de suas atribuições, elas nenhuma dúvida surgiu quanto ao emprego, quer na verba pessoal, quer na material.

Por força do disposto na Portaria n. 44, de 11 de maio, foram efetuados, por essa seção, os pagamentos decorrentes de Sentenças judiciárias. Tais pagamentos se elevaram a Cr\$ 130.000.000,00, como já ficou referido em capítulo anterior.

Convocações

No decurso do ano foram convocados, para ter exercício no egrégio Supremo Tribunal Federal, os Exmos. Srs. Ministros Afrânio Antônio da Costa, Edmundo de Macedo Ludolf e Amando Sampaio da Costa e afastou-se para ocupar-se, exclusivamente, de seus cargos no Egrégio Tribunal Superior Eleitoral, o Exmo. Sr. Ministro Cunha Vasconcellos Filho. Ainda por motivo de licença, para tratamento de saúde, estiveram igualmente afastados de suas atividades nesta Casa os Exmos. Senhores Ministros Cândido Lobo, Alfredo Bernardes, Macedo Ludolf e Sampaio Costa. Por força daquelas convocações e afastamentos legais, passaram a integrar o Tribunal os ilustres juízes das Varas da Fazenda desta Capital, doutores Elmano

Cruz, João Frederico Mourão Russel, João Jose de Gueiroz e José de Aguiar Dias, os três primeiros ainda em exercício.

Relações com Poderes Públicos

Mantiveram-se inalteradas as nossas boas relações com os Poderes Executivo e Legislativo. Desfrutamos em nossa seção, do decisivo apoio não só do Governo da República, como também do Congresso Nacional. Esses dois poderes lembraram, a par do costumeiro respeito aos nossos julgamentos em atacar e prestigiar as iniciativas que tomou o Tribunal, dentro na órbita administrativa, visando a ampliação, a melhoria de seus serviços.

Tendo-se em vista o regime político em que vivemos, essas boas relações e entendimentos entre os poderes da república são indispensáveis à grandeza e prosperidade da Nação.

Visitas honrosas

É com prazer que registramos as visitas que fizeram a esta Casa do Poder Judiciário, no decorrer do ano, os Excelentíssimos Senhores João Café filho, então no exercício da Presidência da República e Excelentíssimo Senhor Doutor Nereu Ramos, atual Chefe da nação, e, na época, Presidente do Senado Federal; Ministro Cândido Motta Filho, da Educação e Cultura, além de muitos outros ilustres homens públicos.

Homenagem prestada

Em 23 de junho, data da instalação do Tribunal como de praxe, foi inaugurada, no Gabinete da Presidência, o retrato do eminente Senhor Ministro Cunha Vasconcellos Filho, nosso antecessor na Presidência desta casa. Saudou-se, na ocasião, o eminente Sr. Ministro Artur Marinho, realçando as qualidades morais e intelectuais do homenageado, o que agradeceu, em breves palavras, a manifestação que lhe foi tributada.

Secretaria

A Secretaria, embora lutando com falta de pessoal. para atender ao Considerável acréscimo de processos entrados e julgados, como já fizemos sentir, ainda assim mantém em perfeita ordem e em dia os serviços a seu cargo. Deve-se isso ao ingente esforço, boa vontade e colaboração do funcionalismo da Casa. Capitaneados pelo Diretor Geral, Dr. Manuel Martins Fererira, que, de sol a sol. sem medir sacrifícios, empenha suas energias e toda sua invulgar capacidade de trabalho em prol da eficiência de nossos serviços.

Deixo por igual consignado meu agradecimento à valiosa cooperação que tive em meu Gabinete por parte do meu secretário e prestimoso amigo, Dr. Cleto de Areu Barreto.

Os quadros que acompanhavam o presente Relatório falam por si.

Deles se verifica a realidade do que afirmamos.

Acreditamos ter correspondido a confiança de nossos colegas e eleitores, com as falhas naturais inerentes à natureza humana

Podem acreditar que é sem mágoas e ressentimentos. e, até mesmo, com saudade, que deixamos a Presidência, porque toda e qualquer tarefa torna-se fácil e agradável quando se conta com o apoio e a colaboração de todos.

Rio de Janeiro, 2 de janeiro de 1956

Vasco Henrique D'Ávila